

Relato da sessão: “Água e adaptação às alterações climáticas no Mediterrâneo”

A terceira sessão online organizada pela Comissão Organizadora do 15º Congresso da Água, em parceria com os Núcleos Regionais da APRH, ocorreu no dia 20 de janeiro de 2021. Foi dedicada ao tema da água e adaptação às alterações climáticas, sobretudo nas zonas com climas semi-áridos e de elevada variabilidade nos recursos hídricos disponíveis, como aquelas que se encontram no Sul de Portugal, e em particular no Algarve. A sessão contou com cerca de 270 participantes inscritos.

A sessão teve início com a intervenção da Presidente da APRH, Prof. Susana Neto, que destacou a pertinência do tema da adaptação às alterações climáticas no contexto da região em apreço. Seguiram-se as intervenções de dois especialistas convidados e um debate.

Intervenção “Eficiência no uso da água e origens alternativas”, por Pedro Coelho

O Diretor da APA-ARH Algarve, Eng. Pedro Coelho, iniciou a sua intervenção salientando que é essencial dar primazia à eficiência no uso da água, colocando claramente o foco na procura do recurso e procurando a redução de consumo. Esse é o propósito principal do Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve, apresentado em 2020. Só num segundo plano se deverão analisar possibilidades de aumento da oferta através de origens alternativas. Com efeito, a região tem vindo a registar alterações significativas em termos climáticos, com valores de pluviometria nos últimos anos muito abaixo da normal climatológica. Estas condições poderão ainda agravar-se no futuro, destacando o Algarve como uma região com constrangimentos muito significativos, mesmo em comparação com o resto do país (quer em termos das albufeiras quer nos níveis piezométricos dos aquíferos). Foram apresentados alguns elementos do PREH Algarve, com destaque para a repartição setorial do consumo de água e respetivas fontes. A agricultura é o setor com maior consumo, estimado em 134 hm³/ano, o que corresponde a 56,8% do total (74% de origem subterrânea), seguindo-se o consumo urbano com 33,4% (83% de origem superficial) e o golfe, com 6,4% do consumo. Para todos os setores está prevista a implementação de medidas para melhoria da eficiência, destacando-se as redes dos sistemas urbanos. O plano prevê também um conjunto de medidas de adaptação a este nível.

Do lado da oferta, já foram feitos estudos de viabilidade de potenciais formas de aumentar a reserva hídrica, incluindo duas em destaque na apresentação: a captação superficial do Pomarão através de uma conduta adutora até à barragem de Odeleite; e a opção dessalinização, com estudos já desenvolvidos para vários locais; existem questões de eficiência hídrica e energética relevantes, com possível subida dos custos por m³ para os municípios, não obstante a existência de economias de escala do ponto de vista dos custos de investimento e operação, que aponta para um número reduzido de centrais. Finalmente, foram referidas as melhorias previstas em termos de informação no âmbito do SNIRH XXI.

Intervenção “Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas” por Júlio de Sousa, CM Loulé

A Câmara Municipal de Loulé (CML), aqui representada pelo Diretor Municipal da Área de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, encara as alterações climáticas como um desafio muito relevante e tem uma trajetória em termos de Ação Climática (ODS13) que se iniciou em 2013. A partir de 2015 a CML participou no trabalho do projeto ClimAdaptPT.Local, que

deu origem à rede adapt.local - Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas, atualmente presidida pelo presidente da CM Loulé. Esta preocupação com o tema da ação climática, incluindo adaptação, gestão e conhecimento, e mitigação, reflete-se na própria estrutura orgânica do próprio município

Até final do século, são esperados diversos impactes no município: temperaturas mais elevadas, ondas de calor, secas, episódios de precipitação excessiva, ventos fortes e tempestades, e ocasionalmente ondas de frio. Espera-se que a precipitação diminua ainda mais, e que ocorra uma subida do nível do mar.

A apresentação resumiu diversos instrumentos desenvolvidos no município, a saber:

- Plano Municipal de Ação Climática (PMAC), em parceria com outras instituições e sociedade civil, com participação alargada em todo o processo de desenvolvimento de um programa de medidas de ação a integrar nos planos da CML; inclui infraestruturas (cinzentas e verdes) bem como opções não estruturais (sensibilização da comunidade, monitorização de indicadores, entre outras).
- Plano Municipal de Contingência para períodos de seca, adotando uma gestão preventiva e melhorando a capacidade de resposta.
- Observatório Municipal de Ambiente e Território com indicadores relevantes livremente disponíveis.
- Estudo de avaliação da SNMM (subida do nível médio do mar), incluindo cartografia de vulnerabilidade, inundação, submersão e risco. Este trabalho já deu frutos, por exemplo na reformulação do novo mercado municipal planeado para Quarteira, face aos cenários produzidos para 2050 e 2100. A cartografia é integrada no SIG Municipal e contribui para a revisão do PDM.
- Desenvolvimento de diversos projetos, alguns em parceria. Como exemplos, refiram-se: soluções de defesa costeira, Quarteira Lab: Laboratório vivo para a descarbonização, promoção da mobilidade elétrica, reforço dos espaços verdes urbanos/periurbanos, medidas de sensibilização para a utilização eficiente e para a reutilização de água, jornadas de sustentabilidade (alinhadas com ODS).

Debate:

O debate iniciou-se com uma intervenção do Prof. Silva Afonso, Presidente da direção da ANQIP, que defendeu a necessidade de repensar melhor o equilíbrio entre procura e oferta de água em Portugal, especialmente a Sul. É crucial focar mais na redução da procura, envolvendo os consumidores e não só lidando com as perdas das redes. Ilustrou com exemplos de redução de consumos nos edifícios, recorrendo a melhores equipamentos, aproveitamento de águas pluviais, e reutilização local.

O Eng. Pedro Coelho corroborou esta primazia da eficiência, que já se encontra no PREH Algarve, até em termos do valor das medidas previstas; exemplificou com medidas de redução de consumo em edifícios públicos e em edifícios no setor do turismo, com medidas de sensibilização para poupança de água (turismo, agricultura, problema da seca); e destacou que a reutilização de águas de ETAR para rega de campos de golfe é especialmente interessante no Algarve.

Vários participantes na sessão questionaram se não deveria haver restrições a atividades com elevadas exigências hídricas, nomeadamente na agricultura, bem como sobre os custos

ambientais das centrais de dessalinização (que ainda não estão suficientemente quantificados).

A Prof. Rosa Guedes reforçou que, sendo a agricultura o maior consumidor do recurso, não é a mesma coisa atuar aqui e noutros setores. Acresce a isto a falta de informação rigorosa sobre o setor (contadores/leituras/fiscalização), sendo, no entanto, visíveis os impactes nos aquíferos e nas reservas superficiais. O Eng. Pedro Coelho lembrou que é importante o equilíbrio entre as várias utilizações, mesmo em termos de repartição de custos. Não se pretende beneficiar a agricultura à custa dos consumidores urbanos, mas tem de haver diferentes atividades, o Algarve não pode ser só turismo. Não obstante, faria sentido que existisse um mecanismo de consulta prévia sobre a componente ambiental, como existe na parte urbana, pelo menos para certas tipologias de exploração agrícola.

A Prof. Catarina Roseta Palma fez o relato da sessão e lembrou que o aumento da eficiência técnica pode ser necessário mas nunca foi suficiente para resolver a escassez de recurso, sobretudo na agricultura, onde frequentemente os aumentos de eficiência levam a alterações como o aumento das áreas regadas ou a implantação de culturas mais exigentes (e rentáveis). Os agricultores escolherão a opção de maior valor económico, logo sem outro tipo de políticas dificilmente se alivia a pressão no recurso hídrico.

Para encerrar, a Prof. Susana Neto relevou dois aspetos: primeiro, não estamos a distinguir suficientemente bem a eficiência da eficácia, ou seja, a assegurar que as medidas permitem atingir os resultados pretendidos para as políticas públicas a nível das bacias hidrográficas; segundo, os impactos das alterações climáticas exigem atuação a nível municipal e local, e aqui existem muitas possibilidades de reforçar a sustentabilidade dos ecossistemas através de soluções de base natural. Concluiu agradecendo a todos os participantes e realçando que este conjunto de sessões ilustra as vantagens da APRH se organizar em núcleos regionais.